



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 90004/2026/SEGUP-PA**

<b>Promotor: Estado do Pará   Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social SEGUP/Pa</b>	
<b>CNPJ n°. 05.054.952/0001-01</b>	
<b>Objeto:</b> Aquisição de <b>VEÍCULOS TIPO VAN E MINIVAN</b> com recursos oriundos da Emenda Individual de transferência especial para o Governo do Estado do Pará, o qual será destinado a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, de acordo com as condições e as especificações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.	
<b>Método de disputa:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Aberto	
<b>Critério de julgamento:</b> Menor preço do Item.	
<b>Entrega</b>	
Forma	Conforme previsto no Termo de Referência.
Prazo	Conforme previsto no Termo de Referência.
Local	Conforme previsto no Termo de Referência.
<b>Valor total estimado:</b> R\$ 983.803,06 (Novecentos e oitenta e três mil, oitocentos e três reais e seis centavos).	
Período	12 meses
<b>Pagamento</b>	
Forma	Conforme previsto no Termo de Referência.
Prazo	
<b>Abertura da sessão pública</b>	
<b>Data:</b> 21/05/2026	
<b>Hora:</b> 10:00h.	
<b>Local:</b> <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a> (UASG: 925801)	



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO**

**CLÁUSULA 1**

**PROMOTOR DO PREGÃO**

O PROMOTOR deste pregão é o **ESTADO DO PARÁ**, por intermédio da **Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - Segup/Pa**, CNPJ nº. 05.054.952/0001-01, com sede na Travessa do Chaco, nº. 2271, Bairro: Marco, Belém/Pa, neste ato representado pelo Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, **RENAN HENRIQUE NABOR DE OLIVEIRA**, designado pelo Decreto Estadual do dia 09/01/2026, publicado no D.O.E Nº 36.494, de 12/01/2026.

**CLÁUSULA 2**

**Fundamento legal**

A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Estadual nº 2.940/2023, Lei Complementar Federal nº 123/06, Portaria nº 005/2026 que designa os Agentes de Contratação e Equipe de Apoio e demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

**CLÁUSULA 3**

**Objeto**

**3.1** O objeto desta licitação é a Aquisição de **VEÍCULOS TIPO VAN E MINIVAN** com recursos oriundos da Emenda Individual de transferência especial para o Governo do Estado do Pará, o qual será destinado a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, de acordo com as condições e as especificações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital, o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

**3.2** O objeto a ser licitado está descritos detalhado no **Anexo I – Termo de Referência**, deste Edital.

Item	Descrição	Quant.	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	Veículo automotor tipo <b>VAN</b> , conforme especificações do Termo de Referência.	2	R\$ 340.533,33	R\$ 681.066,66
02	Veículo automotor tipo <b>MINIVAN</b> , conforme especificações do Termo de Referência.	2	R\$ 151.368,20	R\$ 302.736,40
Valor total estimado				<b>R\$ 983.803,06</b>



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**3.3.** A licitação observará o seguinte: **Item**, conforme tabela do item 3.2 deste edital.

**CLÁUSULA 4**

**Condições para participar da licitação**

**4.1** Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**4.1.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**4.2** O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

**4.3** É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

**4.4** A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

**4.5** Não poderão disputar esta licitação:

- a. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

- f. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- g. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

**4.6** É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

**4.7** Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**4.8** O impedimento de que trata a [alínea d do item 4.5](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

**4.9** Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as [alíneas b e c do item 4.5](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**4.10** As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

**4.11** O disposto nas [alíneas b e c do item 4.5](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

**4.12** A proibição do [item 4.8](#) também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## CLÁUSULA 5

### Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação

**5.1** A licitação terá as seguintes fases:

- Apresentação da Proposta;



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

- Lances;
- Documentos de Habilitação;
- Julgamento das Propostas;
- Habilitação

**5.2 Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.**

**5.3** No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- a. Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- d. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e. Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

**5.4** As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**5.4.1** Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “não” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

**5.4.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “não” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

**5.5** A realização de declarações falsas nos [itens 5.3](#) e [5.4](#) sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**5.6** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.7** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

**5.8** Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

**5.9** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**5.10** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

- a. A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e
- b. A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

**5.11** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.9 será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

**5.12** Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

**5.13** O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**CLÁUSULA 6****Preenchimento da proposta**

**6.1** O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

**6.1.1.** Os preços serão registrados pelo seu menor preço do item; consignando o valor unitário e total e a descrição do produto, sem dízimas, o qual deseja enviar proposta, preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico;

- a. valor do item.
- b. Marca.
- c. Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

**6.2** O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

**6.3** Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**6.4** Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do [item 7.13](#).

**6.5** Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**6.6** A apresentação das propostas obrigar cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.

**6.7** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 dias**, a contar da data de sua apresentação.

**6.8** Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

- a. Caso o critério de julgamento seja o de *maior desconto*, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.
- b. O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
  - 1. Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
  - 2. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

Coordenadoria do Núcleo de Licitação  
Travessa do Chaco, nº. 2271 - Bairro: Marco - CEP: 66093-542 - Belém - Pará  
E-mail: segupcpl@gmail.com

7





**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**CLÁUSULA 7**

**Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances**

**7.1** A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2** A proposta que identifique o LICITANTE será desclassificada.

**7.3** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.4** A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

**7.5** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

**7.6** Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

**7.7** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os LICITANTES.

**7.8** Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.9** O lance deverá ser ofertado do seguinte modo: **valor total do Item.**

**7.10** Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

**7.11** O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

**7.12** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de **R\$ 20,00 ( vinte reais).**

**7.13** O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**7.14.** O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:





**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

Modo de Disputa		Regras
<input checked="" type="checkbox"/>	<b>Aberto</b>	<p>a. No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.</p> <p>b. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.</p> <p>c. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.</p> <p>d. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.</p> <p>e. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.</p> <p>f. Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.</p>

**7.15** Após o término dos prazos estabelecidos no [item 7.14](#), o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.16** Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

**7.17** Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

**7.18** No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**7.19** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.20** Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.21** Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

**7.21.1** Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

**7.21.2** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

**7.21.3** Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

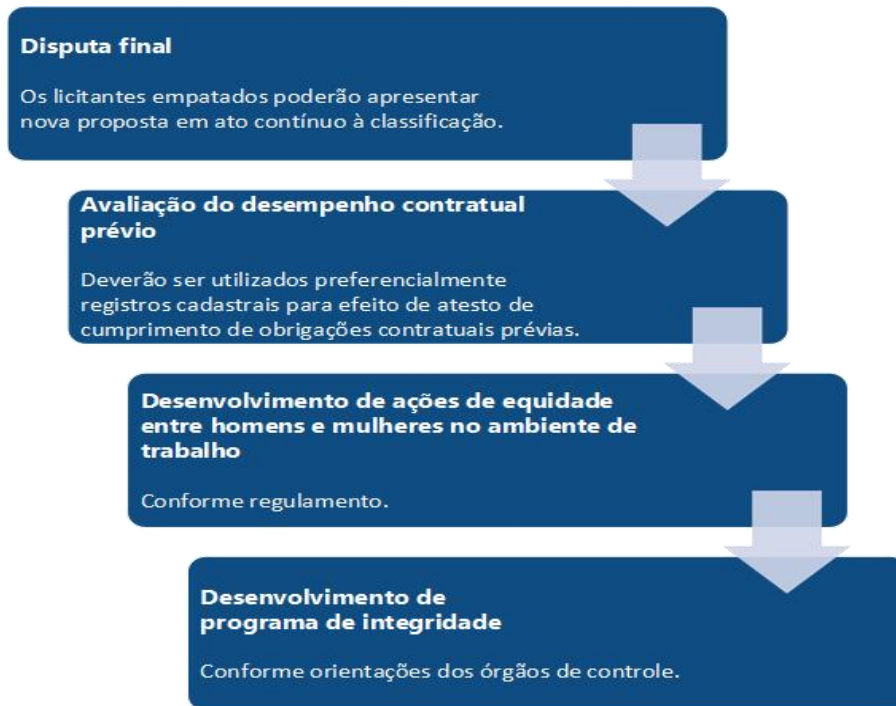
**7.21.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

**7.22** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

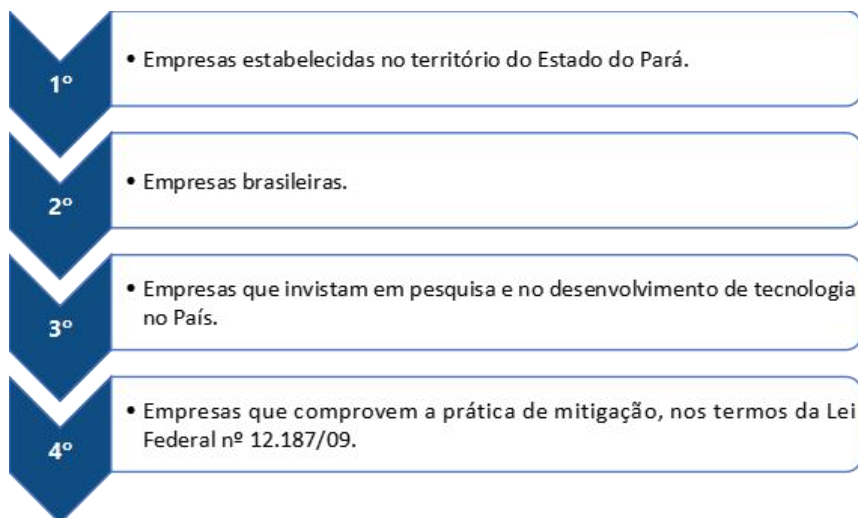


**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**7.23** Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:



**7.24** Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:





**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**7.25.** Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata os itens **7.23** e **7.24**, proceder-se-á o sorteio como critério de desempate no sistema Compras.gov.br, conforme Instrução Normativa nº 79, de 12 de setembro de 2024.

**7.26** Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

**7.27** Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

**7.28** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

**7.29** O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.30** O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de **2 horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos de habilitação, exigidos neste Edital.

**7.31** É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

**7.32** Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta

## **CLÁUSULA 8**

### **Julgamento das propostas**

**8.1** Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**8.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

**8.3** Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a. A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;
- b. O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;
- c. Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

**8.4** O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.

**8.5** Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

**8.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**8.7** Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a. Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b. Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- c. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e. Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

**8.8** É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a. Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b. Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**8.9** Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexecutabilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

**8.10** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições dos [itens 8.8](#) e [8.9](#), a análise de executabilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- a.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- b.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- c.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- d.** Será exigida garantia adicional do LICITANTE vencedor cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**8.11** Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a executabilidade da proposta.

**8.12** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**8.13** Caso o TR exija a apresentação de amostra, o LICITANTE classificado em 1º lugar deverá apresentá-la conforme ali descrito, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.14** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença é aberta a todos os LICITANTES e interessados.

**8.15** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**8.16** A proposta do LICITANTE será recusada nos seguintes casos:

- a.** Não entrega ou entrega atrasada da amostra, sem que tenha havido justificativa aceita pelo PREGOEIRO; ou
- b.** Entrega no prazo, mas fora das especificações previstas no TR.

**8.17** Se a amostra apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o PREGOEIRO analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.





**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**CLÁUSULA 9**

**Habilitação**

---

**9.1** Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE.

**9.2** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**9.3** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.4** Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal n.º 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.5** Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**9.6.** Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

**9.7** Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal n.º 14.133/21.

**9.8** Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**9.9** Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

**9.10** O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

**9.11** A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

**9.11.1** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.





**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**9.11.2** Serão assegurados aos licitantes vista aos documentos do subitem anterior.

**9.12** A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

**9.13** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **no mínimo, 2 horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do PREGOEIRO.

**9.14** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

**9.15** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

- a. Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e
- b. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**9.16** Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.17** Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no [item 9.14](#)

**9.18** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

**9.19** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

### **Habilitação jurídica**

**9.20** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**9.21** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**9.22** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**9.23** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.24** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**9.25** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.26** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**9.27** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**9.28** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**9.29** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**9.30** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**9.31** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.32** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**9.33** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estado relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9.34** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**9.35** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**9.36** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

**9.37** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

**9.38** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**9.39** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

**9.39.1** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

**9.39.2** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**9.39.3** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**Coordenadoria do Núcleo de Licitação**  
**Travessa do Chaco, nº. 2271 - Bairro: Marco - CEP: 66093-542 - Belém - Pará**  
**E-mail: segupcpl@gmail.com**

18



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**90.39.4** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**9.40** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

**9.41** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

### **Qualificação Técnica**

**9.42** Comprovação de Atestado de Capacidade Técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante prestado satisfatoriamente serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.

**9.43** Para fins de aferimento da qualificação técnica, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar Documentos técnicos **conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.**

## **CLÁUSULA 10**

### **Adjudicação e homologação**

**10.1** O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

**10.2** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **CLÁUSULA 11**

### **Recursos**

**11.1** A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

**11.2** O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**11.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

- a. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b. O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**11.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**11.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- a. Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou
- b. Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.6** Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

**11.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

**11.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

**11.10** Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal ComprasPará.

## **CLÁUSULA 12**

### **Infrações e sanções administrativas**

**12.1** Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
a. Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo	<b>Multa</b> 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

Coordenadoria do Núcleo de Licitação  
Travessa do Chaco, nº. 2271 - Bairro: Marco - CEP: 66093-542 - Belém - Pará  
E-mail: segupcpl@gmail.com

20



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

PREGOEIRO durante o certame;

*e*

**b.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

**Impedimento de licitar e contratar\***

\* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “*Declaração de inidoneidade para licitar e contratar*”.

1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

4. Deixar de apresentar amostra;

5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**c.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**d.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**e.** Apresentar declaração ou

**Multa**

15% a 30% do valor do contrato licitado.

*e*

**Declaração de inidoneidade**

Coordenadoria do Núcleo de Licitação

Travessa do Chaco, nº. 2271 - Bairro: Marco - CEP: 66093-542 - Belém - Pará

E-mail: segupcpl@gmail.com



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;	<b>para licitar e contratar</b>
<b>f.</b> Fraudar a licitação;	
<b>g.</b> Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:	
<b>1.</b> Agir em conluio ou contra a lei;	
<b>2.</b> Induzir deliberadamente a erro no julgamento;	
<b>3.</b> Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;	
<b>h.</b> Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;	
<b>i.</b> Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.	

**12.2** As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

**12.3.** As sanções previstas no [item 12.1](#) não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

**12.4** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a.* A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b.* As peculiaridades do caso concreto.
- c.* As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d.* Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e.* A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**Coordenadoria do Núcleo de Licitação**  
**Travessa do Chaco, nº. 2271 - Bairro: Marco - CEP: 66093-542 - Belém - Pará**  
**E-mail: segupcpl@gmail.com**

22





**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**12.5** A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**12.6** As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

**12.7** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.9** A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

**12.10** A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**12.11** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na [alínea c do item 12.1](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

**12.12** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.13** Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

- a. O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;
- b. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.14** Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

**12.15** O recurso a que se refere o [item 12.13](#) deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

**12.16** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**12.17** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **CLÁUSULA 13**

#### **Impugnação ao edital**

---

**13.1** Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

**13.2** A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

**13.3** A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.4** A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, por meio do e-mail: [segupcpl@gmail.com](mailto:segupcpl@gmail.com)

**13.5** As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

**13.6** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**13.7** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Dec. Estadual nº 2.940, de 2023.

### **CLÁUSULA 14**

#### **Dos Recursos Orçamentários**

---

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista na classificação abaixo:

21.101.06.181.1510.8993 - Gerenciamento do Sistema Integrado de Segurança Pública e Defesa Social.

Natureza: 449052

Fonte: 01710311006



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**CLÁUSULA 15**

**Do Reajuste dos Preços**

Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses e serão realizados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice oficial pertinente a natureza do objeto do contrato.

**CLÁUSULA 16**

**Disposições finais**

**16.1** A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

**16.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

**16.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

**16.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**16.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**16.6** Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**16.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**16.8** Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**16.9** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**16.10** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**16.11** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.

**16.12** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Modelo de Proposta

ANEXO III - Modelo De Declaração de Sustentabilidade Ambiental

ANEXO IV – Declaração de cumprimento do disposto no § 6º do art. 28º Constituição do Estado do Pará/Emenda Constitucional do Estado do Pará nº. 42/2008.

ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

Belém, (PA), 28 de abril de 2026.

**RENAN HENRIQUE NABOR DE OLIVEIRA**  
**Secretário Adjunto de Gestão Administrativa - SEGUP/Pa**



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**



**TERMO DE REFERENCIA**

**PAE nº 2025/3606940**

<b>O QUE SERÁ CONTRATADO?</b>						
Aquisição de VEÍCULOS TIPO VAN E MINIVAN com recursos oriundos da Emenda Individual de transferência especial para o Governo do Estado do Pará, o qual será destinado a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social.						
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Código SIMAS</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
01	Veículo automotor tipo VAN, zero km, teto alto, para o transporte de passageiros, com 1/2 tanque de combustível; Ano/modelo não inferior a 2026; Cilindrada mínima do motor 2.0 cm³; Potência mínima do motor: 130 cv; Cor prata; Capacidade para no mínimo 16 pessoas, sendo 15 (quinze) passageiros + 01 (um) motorista ; Peso bruto total de no mínimo, de 4.000 kg; Poltronas individuais reclináveis, com apoio de cabeça e banco do motorista com regulagem de altura; Volante com regulagem de altura; Porta lateral deslizante; Portas laterais dianteiras com trava, vidros e espelhos retrovisores elétricos; Câmbio manual com no mínimo 06 (seis) marchas frente + ré; Tanque de combustível de no mínimo 70 litros de diesel; Freio hidráulico a disco em todas as rodas, freio com sistema anti bloqueio (EBD); Dimensões entre-eixos no mínimo de 3.800 mm e comprimento no mínimo de 5.800 mm; Rodas de liga leve ou aço mínimo aro 16; Pneus no mínimo 225/65 R16C; Saídas de emergência; Cinto de segurança para todos os ocupantes do veículo; Sensor de proximidade instalado no para choque traseiro e alarme sonoro de acionamento da marcha ré; Kit multimídia com entrada USB; Ar		Und	02	342,000,00	684,000,00

Coordenadoria do Núcleo de Licitação  
 Travessa do Chaco, nº. 2271 - Bairro: Marco - CEP: 66093-542 - Belém - Pará  
 E-mail: segupcpl@gmail.com

27





**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**



**TERMO DE REFERENCIA**

	<p>Condicionado original de fábrica para motorista e passageiros; Iluminação interna conforme padrão de fábrica; Sinalização com faixas retrorrefletivas externa, conforme resolução CONTRAN; Película de controle solar para vidros, conforme resolução CONTRAN; Duas tomadas de 12V internas e com tampa (acendedor de cigarros e outra auxiliar); Tacógrafo aferido pelo INMETRO conforme resolução CONTRAN; Protetor de carter; Jogo de tapetes; Desembaçador elétrico do vidro traseiro; Veículos deve vir equipados com todos os itens e acessórios de série e não especificados e exigidos pelo CONTRAN.</p> <p align="center">Documentação</p> <p>Os seguintes itens deverão ser fornecidos no idioma português (Brasil) impresso e/ou em formato eletrônico: 01 (um) manual de operação e de manutenção básica; 01 (um) catálogo de peças e acessórios com os respectivos números de referência de fábrica de todos os seus itens de reposição.</p>					
02	<p>Veículo automotor tipo <b>MINIVAN</b>, zero km, com 1/2 tanque de combustível; Ano/modelo não inferior a 2026; Cilindrada mínima do motor 1.8 cm³; Potência mínima do motor: 100 cv; Cor prata; Capacidade para no mínimo 07 (sete) pessoas, sendo 06 (seis) passageiros + 01 (um) motorista; Poltronas individuais reclináveis, com apoio de cabeça e banco do motorista com regulagem de altura; Volante com regulagem de altura; Trava, vidros e</p>		Und	02	153.000,00	306.000,00

Coordenadoria do Núcleo de Licitação

Travessa do Chaco, n°. 2271 - Bairro: Marco - CEP: 66093-542 - Belém - Pará

E-mail: segupcpl@gmail.com

28



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**



**TERMO DE REFERENCIA**

espelhos retrovisores elétricos; Câmbio manual com no mínimo 05 (cinco) marchas frente + ré; Tanque de combustível de no mínimo 50 litros de diesel; Freio hidráulico a disco em todas as rodas, freio com sistema anti bloqueio (EBD); Rodas de liga leve ou aço mínimo aro 16; Pneus no mínimo 205/60 R16; Cinto de segurança para todos os ocupantes do veículo; Sensor de proximidade e camera de ré instalados no para choque traseiro; Kit multimídia com entrada USB; Ar Condicionado original de fábrica para motorista e passageiros; Iluminação interna conforme padrão de fábrica; Duas tomadas de 12V internas e com tampa (acendedor de cigarros e outra auxiliar); Película de controle solar para vidros, conforme resolução CONTRAN; Protetor de carter; Jogo de tapetes; Veículos deve vir equipados com todos os itens e acessórios de série e não especificados e exigidos pelo CONTRAN.					
<p align="center"><b>Documentação</b></p> <p>Os seguintes itens deverão ser fornecidos no idioma português (Brasil) impresso e/ou em formato eletrônico: 01 (um) manual de operação e de manutenção básica; 01 (um) catálogo de peças e acessórios com os respectivos números de referência de fábrica de todos os seus itens de reposição</p>					
<b>Valor Global Estimado*</b>				<b>RS 990.00,00</b>	
<b>DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO</b>					
<b>QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?</b>	O alinhamento da referida demanda está relacionado com a necessidade do deslocamento de servidores da Secretaria de Estado de Segurança Pública e				





**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**



**TERMO DE REFERENCIA**

	Defesa Social, lotados na Secretaria Adjunta de Administração e Secretaria Adjunta Operacional, por ocasião da implantação de programas, ações operacionais e de prevenção tanto na Região Metropolitana de Belém, quanto nos municípios do interior do Estado, ocasião em que são deslocando um número expressivo de servidores da SEGUP para atender essas ações administrativas, de prevenção e operacionais.
<b>NATUREZA DO BEM</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> Comum.	
<input type="checkbox"/> Especial	
<b>PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM</b>	
<b>HAVERÁ PROVA DE QUALIDADE?</b>	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
<b>O EDITAL EXIGIRÁ AMOSTRA?</b>	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
<b>HAVERÁ GARANTIA DO BEM?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. O prazo de garantia do fabricante deverá ser de, no mínimo 36 (trinta e seis) meses, a contar da data do recebimento definitivo, sem limites de quilometragem, para defeitos de fabricação, montagem em componentes internos de motor e transmissão e para as demais peças e componentes elétricos do automóvel.  Se a garantia ofertada pelo fabricante for maior que a ofertada pelo licitante, sobre esta prevalecerá.  A Garantia deve abranger todo e qualquer defeito de fabricação, quer por falha de funcionamento ou por montagem ou, ainda, em decorrência de desgaste prematuro em uso normal do automóvel, nos seus diversos conjuntos, peças e acessórios, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.  A ocorrência de qualquer defeito de funcionamento, coberto pela garantia, implicará a obrigação, por parte da CONTRATADA, da correção do problema no prazo de 30 (trinta) dias após a comunicação oficial, sem ônus para a CONTRATANTE.  Quando houver necessidade de substituição de materiais defeituosos pela CONTRATADA, a mesma se compromete a utilizar peças e conjuntos de reparação genuínos, não se admitindo a reposição com produtos recuperados.  <input type="checkbox"/> Não.
<b>HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Os veículos deverão possuir assistência técnica autorizada pelo fabricante no Estado do Pará, no prazo da garantia do veículo.  <input type="checkbox"/> Não.
<b>CRITÉRIOS DE SELEÇÃO</b>	



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



TERMO DE REFERENCIA

FORMA DE CONTRATAÇÃO	<input type="checkbox"/> Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, Y, da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação em razão do valor*, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, Y, da Lei Federal nº 14.133/21. <input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<input type="checkbox"/> Maior Desconto. <input checked="" type="checkbox"/> Menor Preço.
O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA	A proposta deve observar os valores unitários e global máximos aceitáveis conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado.
HÁ ITENS COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
REQUISITOS DA CONTRATADA	
SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Apresentar atestado de capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a CONTRATADA já forneceu bem compatível com objeto deste Termo de Referência. Apresentar Catálogo com endereço(s) localizado(s) no estado do Pará de assistências técnicas autorizadas pelo fabricante dos veículos. <input type="checkbox"/> Não.
QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual. <input type="checkbox"/> Não
HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Decreto Estadual nº 4.193, de 24 de janeiro de 2024, que regulamenta e reforça a adoção de práticas sustentáveis nas contratações públicas no âmbito do Estado do Pará, a aquisição de veículos deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental: Os veículos ofertados deverão apresentar etiqueta do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE), coordenado pelo INMETRO, com classificação de eficiência energética, priorizando modelos que apresentem melhor desempenho ambiental e menor consumo de combustível; Sempre que possível, deverão ser priorizados veículos com tecnologias voltadas à redução de emissões





**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**



**TERMO DE REFERENCIA**

	<p>atmosféricas, conforme os limites definidos pelas normas do CONAMA, e preferencialmente com motor compatível com padrões de menor impacto ambiental; Os proponentes deverão observar o correto encaminhamento de resíduos sólidos gerados durante o processo de entrega, manutenção ou descarte de componentes veiculares, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e com as diretrizes do decreto estadual supracitado; Os veículos deverão possuir manual do proprietário em formato digital ou impresso em papel certificado, e sempre que possível, com menor uso de material plástico e embalagens desnecessárias.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<b>HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?</b>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. Sofrer penalidades por prestação inadequada do Contrato.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<b>FORMA DE ENTREGA DO BEM</b>	
<b>COMO O BEM DEVE SER ENTREGUE?</b>	<p>Os veículos deverão entregues de uma só vez, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho, estando sujeito a CONTRATADA às multas contratuais uma vez expirado o prazo supramencionado.</p> <p>Os veículos deverão ser entregues em nome da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará, com primeiro licenciamento/emplacamento pelo Departamento Estadual de Trânsito do Pará.</p> <p>A CONTRATANTE rejeitará o fornecimento em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.</p> <p>Recebimento:</p> <p>Provisoriamente, imediatamente após efetua da a entrega, para efeito de posterior verificação, proferida pelo fiscal do contrato, da conformidade com as especificações;</p> <p>Definitivamente, em 05 (cinco) dias, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação do fiscal do contrato, feita a análise da conformidade com vistas às especificações contidas neste Termo de Referência.</p> <p>Verificada a desconformidade do item, a CONTRATADA deverá promover as devidas correções num prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, sujeito às penalidades previstas de acordo com a legislação vigente.</p> <p>A CONTRATADA responsabiliza-se por todos os custos e encargos que venham a incidir na entrega do objeto, tais como, despesas com impostos, taxas, encargos trabalhistas e previdenciários, enfim, todos os custos diretos e</p>



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**



**TERMO DE REFERENCIA**

	indiretos necessários ao cumprimento do objeto ora contratado, responsabilizando-se ainda, pelas autorizações necessárias à execução do objeto contratado, arcando com o ônus dos emolumentos definidos em lei.
<b>LOCAL E HORA DA ENTREGA DO BEM</b>	Os veículos deverão ser entregues na Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, situada na Travessa do Chaco, n.º 2271, Marco, Belém. O horário de entrega, será de 08h30min às 16h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.
<b>PRAZO MÁXIMO DE VALIDADE</b>	Não há como estipular prazo de validade para o objeto em questão.
<b>HAVERÁ SUBCONTRATAÇÃO?</b>	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não. <b>Justificativa:</b> Em razão da contratação ser do tipo, aquisição de bem, que prevê a aquisição de objeto definido, com descrição técnica específica, bem como, em razão da exigência que a empresa contratada tenha capacidade técnica para atender a respectiva contratação e cumprir com o fornecimento do bem; é vedada a subcontratação pelos motivos técnicos expostos.
<b>PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO</b>	
<b>PRAZO DO CONTRATO</b>	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega). <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.
<b>HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Nas hipóteses dos Art. 111 da Lei Federal n.º 14.133/21. <input type="checkbox"/> Não.
<b>FORMA DE PAGAMENTO</b>	<p><b>Meio</b> Ordem bancária</p> <p><b>Onde</b> Em conta corrente, preferencialmente, no Banco do Estado do Pará (BANPARÁ)</p> <p><b>Qual prazo</b> Até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.</p> <p><b>Prova da regularidade fiscal</b> Apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/21.</p>
<b>QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?</b>	<input type="checkbox"/> X% do valor inicial do contrato. <input checked="" type="checkbox"/> Não há. Devido a baixa complexidade da contratação.

Belém/PA, 16 de março de 2026.

**PEDRO GUILHERME NASCIMENTO GOMES**

SubTen - BM/RR  
Assistente Administrativo/SEGUP  
Matrícula: 5064074/2

Coordenadoria do Núcleo de Licitação  
Travessa do Chaco, n.º. 2271 - Bairro: Marco - CEP: 66093-542 - Belém - Pará  
E-mail: segupcpl@gmail.com

33





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

APÊNDICE DO ANEXO I  
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PAE nº 2025/3606940

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE		
QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?	Aquisição de <b>VEÍCULOS TIPO VAN E MINIVAN</b> com recursos oriundos da Emenda Individual de transferência especial para o Governo do Estado do Pará, o qual será destinado a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social.  O alinhamento da referida demanda está relacionado com a necessidade do deslocamento de servidores da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, lotados na Secretaria Adjunta de Administração e Secretaria Adjunta Operacional, por ocasião da implantação de programas, ações operacionais e de prevenção tanto na Região Metropolitana de Belém, quanto nos municípios do interior do Estado, ocasião em que são deslocando um número expressivo de servidores da SEGUP para atender essas ações administrativas, de prevenção e operacionais.	
DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO		
QUAL O TIPO DE OBJETO?	<input checked="" type="checkbox"/> Bem. <input type="checkbox"/> Serviço.	
QUAL A NATUREZA?	<input type="checkbox"/> Continuada. <input checked="" type="checkbox"/> Não continuada. <input type="checkbox"/> Com monopólio. <input checked="" type="checkbox"/> Sem monopólio.	
QUAL A VIGÊNCIA?	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega). <input type="checkbox"/> 180 dias. <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses. <input type="checkbox"/> Indeterminado. <input type="checkbox"/> dias. <input type="checkbox"/> Outro; <input type="checkbox"/> meses. <input type="checkbox"/> anos.	
PODERÁ HAVER PRORROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Nas hipóteses dos Art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Não se aplica porque o prazo é indeterminado.	
HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.	
PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE	Item	Descrição detalhada
	01	Veículo automotor tipo VAN, zero km, teto alto, para o transporte de passageiros, com 1/2 tanque de combustível; Ano/modelo não inferior a 2026; Cilindrada mínima do motor 2.0 cm³; Potência mínima do motor: 130 cv; Cor prata; Capacidade para no mínimo 16 pessoas, sendo 15 (quinze)

Coordenadoria do Núcleo de Licitação  
Travessa do Chaco, nº. 2271 - Bairro: Marco - CEP: 66093-542 - Belém - Pará  
E-mail: segupcpl@gmail.com



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**



**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

		passageiros + 01 (um) motorista ;Peso bruto total de no mínimo, de 4.000 kg; Poltronas individuais reclináveis, com apoio de cabeça e banco do motorista com regulagem de altura; Volante com regulagem de altura; Porta lateral deslizante; Portas laterais dianteiras com trava, vidros e espelhos retrovisores elétricos; Câmbio manual com no mínimo 06 (seis) marchas frente + ré; Tanque de combustível de no mínimo 70 litros de diesel; Freio hidráulico a disco em todas as rodas, freio com sistema anti bloqueio (EBD); Dimensões entre-eixos no mínimo de 3.800 mm e comprimento no mínimo de 5.800 mm; Rodas de liga leve ou aço mínimo aro 16; Pneus no mínimo 225/65 R16C; Saídas de emergência; Cinto de segurança para todos os ocupantes do veículo; Sensor de proximidade instalado no para choque traseiro e alarme sonoro de acionamento da marcha ré; Kit multimídia com entrada USB; Ar Condicionado original de fábrica para motorista e passageiros; Iluminação interna conforme padrão de fábrica; Sinalização com faixas retrorrefletivas externa, conforme Resolução CONTRAN; Película de controle solar para vidros, conforme Resolução CONTRAN; Duas tomadas de 12V internas e com tampa (acendedor de cigarros e outra auxiliar); Tacógrafo aferido pelo INMETRO conforme Resolução CONTRAN; Protetor de carter; Jogo de tapetes; Desembaçador elétrico do vidro traseiro; Veículos deve vir equipados com todos os itens e acessórios de série e não especificados e exigidos pelo CONTRAN.
	02	Veículo automotor tipo MINIVAN, zero km, com 1/2 tanque de combustível; Ano/modelo não inferior a 2026; Cilindrada mínima do motor 1.8 cm³; Potência mínima do motor: 100 cv; Cor prata; Capacidade para no mínimo 07 (sete) pessoas, sendo 06 (seis) passageiros + 01 (um) motorista; Poltronas individuais reclináveis, com apoio de cabeça e banco do motorista com regulagem de altura; Volante com regulagem de altura; Trava, vidros e espelhos retrovisores elétricos; Câmbio manual com no mínimo 05 (cinco) marchas frente + ré; Tanque de combustível de no mínimo 50 litros de diesel; Freio hidráulico a disco em todas as rodas, freio com sistema anti bloqueio (EBD); Rodas de liga leve ou aço mínimo aro 16; Pneus no mínimo 205/60 R16; Cinto de segurança para todos os ocupantes do veículo; Sensor de proximidade e camera de ré instalados no para choque traseiro; Kit multimídia com entrada USB; Ar Condicionado original de fábrica para motorista e passageiros; Iluminação interna conforme padrão de fábrica; Duas tomadas de 12V internas e com tampa (acendedor de cigarros e outra auxiliar); Película de controle solar para vidros, conforme Resolução CONTRAN; Protetor de carter; Jogo de tapetes; Veículos deve vir equipados com todos os itens e acessórios de série e não especificados e exigidos pelo CONTRAN.
HÁ CRITÉRIOS DE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	Decreto Estadual nº 4.193, de 24 de janeiro de 2024, que regulamenta e





**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**



**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

<b>SUSTENTABILIDADE?</b>	reforça a adoção de práticas sustentáveis nas contratações públicas no âmbito do Estado do Pará. <input type="checkbox"/> Não.
<b>HÁ NECESSIDADE DE TREINAMENTO?</b>	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
<b>LEVANTAMENTO DE MERCADO</b>	
<b>ONDE FORAM PESQUISADAS AS POSSÍVEIS SOLUÇÕES?</b>	<input type="checkbox"/> Consulta a fornecedores. <input checked="" type="checkbox"/> Contratações similares. <input checked="" type="checkbox"/> Internet. <input type="checkbox"/> Audiência pública. <input type="checkbox"/> Outro.
<b>JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO</b>	O tipo de solução escolhido pela equipe de contratação, com base no levantamento de contratações similares, é o que mais se aproxima dos requisitos definidos e que mais promove a competição, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, bem como práticas de mercado.
<b>HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES?</b>	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
<b>DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO</b>	
<b>O QUE SERÁ CONTRATADO?</b>	<b>VEÍCULOS TIPO VAN E MINIVAN</b> para atender as demandas da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social.
<b>QUAL O PRAZO DA GARANTIA CONTRATUAL?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Não há. <input type="checkbox"/> 90 dias. <input type="checkbox"/> 12 meses <input type="checkbox"/> dias. <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> meses. <input type="checkbox"/> anos.
<b>HÁ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Os veículos deverão possuir assistência técnica autorizada pelo fabricante no Estado do Pará, no prazo da garantia do veículo. <input type="checkbox"/> Não.
<b>HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Descritas no manual do fabricante, devendo ser executadas pontualmente para que não venha ocorrer prejuízo no que diz respeito a perda da garantia do veículo. <input type="checkbox"/> Não.
<b>ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO</b>	
<b>COMO SE OBTVEU O QUANTITATIVO ESTIMADO?</b>	<input type="checkbox"/> Análise de contratações anteriores. <input type="checkbox"/> Análise de contratações similares. <input checked="" type="checkbox"/> Outro. Especificar: Necessidade de deslocamento de servidores da





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

	SEGUP/SAGA/SAGO em ações administrativas e operacionais, nas diversas ações e operações coordenadas pela SEGUP.				
DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO?	04 (quatro) veículos, sendo 02 (dois) tipo VAN (duas) com capacidade mínima de 16 lugares e 02 (duas) tipo MINIVAN com capacidade mínima de 7 lugares. as quais estarão envolvidas na implantação de programas, ações operacionais e de prevenção tanto na Região metropolitana de Belém, quanto nos municípios do interior do Estado, ocasião em que há deslocando de um número expressivo de servidores desta SEGUP para atender essas ações administrativas, de prevenções e operacionais				
ESPECIFICAÇÃO	Item	Descrição	Und	Qtd	
	01	Veículo automotor tipo VAN, zero km, teto alto, para o transporte de passageiros, com 1/2 tanque de combustível; Ano/modelo não inferior a 2026; Cilindrada mínima do motor 2.0 cm³; Potência mínima do motor: 130 cv; Cor prata; Capacidade para no mínimo 16 pessoas com todos os itens e acessórios de serie e não especificados e exigidos pelo CONTRAN.	Und	02	
	02	Veículo automotor tipo MINIVAN, zero km, com 1/2 tanque de combustível; Ano/modelo não inferior a 2026; Cilindrada mínima do motor 1.8 cm³; Potência mínima do motor: 100 cv; Cor prata; Capacidade para no mínimo 07 (sete) pessoas, com todos os itens e acessórios de serie e não especificados e exigidos pelo CONTRAN.	Und	02	
ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO					
MEIOS USADOS NA PESQUISA	<input type="checkbox"/> Pannel de preços. <input checked="" type="checkbox"/> Contratações similares. <input type="checkbox"/> Simas. <input type="checkbox"/> Fornecedores. <input type="checkbox"/> Internet. <input type="checkbox"/> Outro.				
ESTIMATIVA DE PREÇO	Item	Descrição	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
	01	Veículo automotor tipo VAN, zero km, teto alto, para o transporte de passageiros, com 1/2 tanque de combustível; Ano/modelo não inferior a 2026; Cilindrada mínima do motor 2.0 cm³; Potência mínima do moto: 130 cv; Cor prata; Capacidade para no mínimo 16 pessoas com todos os itens e acessórios de serie e não	02	342.000,00	684.000,00



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

	especificados e exigidos pelo CONTRAN.			
02	Veículo automotor tipo MINIVAN, zero km, com 1/2 tanque de combustível; Ano/modelo não inferior a 2026; Cilindrada mínima do motor 1.8 cm³; Potência mínima do moto: 100 cv; Cor prata; Capacidade para no mínimo 07 (sete) pessoas, com todos os itens e acessórios de série e não especificados e exigidos pelo CONTRAN.	02	153.000,00	306.000,00
Valor Global Estimado*			RS 990.00,00	
JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO				
A SOLUÇÃO SERÁ DIVIDIDA EM ITENS?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não. Por quê? <div><input type="checkbox"/> Objeto indivisível. <input type="checkbox"/> Tecnicamente inviável. <input checked="" type="checkbox"/> Aproveitamento da competitividade. <input type="checkbox"/> Perda de escala. <input type="checkbox"/> Economicamente inviável. <input type="checkbox"/> Outros</div>			
CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES				
HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTE?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.			
ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO				
HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não. Justifica-se a ausência de contratação PCA, por tratar-se de demanda decorrente da Emenda Parlamentar nº 202522630005, destinada ao Estado do Pará e vinculada à SEGUP, visando aquisição de veículos (VAN E MINIVAN) para atender as necessidades administrativas e operacionais desta Secretaria, relacionadas ao transporte e deslocamentos de servidores em ações e operações realizadas na região Metropolitana de Belém e nos municípios do interior do Estado.			
RESULTADOS PRETENDIDOS				
QUAIS OS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CONTRATAÇÃO?	<div><input checked="" type="checkbox"/> Manutenção do Funcionamento Administrativo <input type="checkbox"/> Redução dos Riscos do Trabalho <input type="checkbox"/> Serviço/Bem de Consumo <input type="checkbox"/> Outros</div> <div><input checked="" type="checkbox"/> Aproveitamento de Recursos Humanos <input checked="" type="checkbox"/> Redução de Custos <input checked="" type="checkbox"/> Ganho de Eficiência <input type="checkbox"/> Realização de Política Pública</div>			
PROVIDÊNCIAS PENDENTES				



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
<b>IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO</b>	
HÁ PREVISÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NA CONTRATAÇÃO?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
<b>CONCLUSÃO</b>	
A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.

Belém/PA, 16 de março de 2026.

**MARCOS NEI DOS SANTOS CAMPOS**  
Gerente de Transporte/SEGUP  
Matrícula: 5729980



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

Prezados Senhores,

Declaramos ter total conhecimento do edital e anexos do Pregão Eletrônico n°. 90004/2026 – SEGUP/PA, estando de pleno acordo com as condições estabelecidas no mesmo, com o qual concordamos integralmente. Apresentamos nossa Proposta de Preços O objeto desta licitação é Aquisição de **VEÍCULOS TIPO VAN E MINIVAN** com recursos oriundos da Emenda Individual de transferência especial para o Governo do Estado do Pará, o qual será destinado a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, conforme descrito no Termo de Referência (TR), conforme relacionado abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	Veículo automotor tipo <b>VAN</b> , conforme especificações do Termo de Referência.	2		
02	Veículo automotor tipo <b>MINIVAN</b> , conforme especificações do Termo de Referência.	2		
Valor total				

**Preço Total: R\$**

**Garantia, conforme estabelecido no Termo de Referência - Anexo I do Edital**

No campo descrição da tabela acima deverá constar: Especificação e descrição detalhada do objeto a ser adquirido, inclusive **MARCA**.

- I. Prazo de validade da proposta: **90 (noventa) dias**, podendo ser prorrogado;
- II. O fornecimento do objeto ocorrerá de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n° 90004/2026-SEGUP/PA;

**Oferecemos garantia de qualidade e substituição do objeto**, conforme especificações técnicas do Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n°. 90004/2026-SEGUP/PA;

Estão Inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, insumos, serviços e encargos sociais;

**MODELO PARA APRESENTAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS**

**CNPJ / CPF:**

**Razão social / nome:**

**Coordenadoria do Núcleo de Licitação**  
**Travessa do Chaco, n°. 2271 - Bairro: Marco - CEP: 66093-542 - Belém - Pará**  
**E-mail: segupcpl@gmail.com**

40



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

Endereço com./res:

Município:

UF:

Inscrição municipal:

Inscrição estadual:

Conta corrente nº Cód. Do Banco:

Sigla:

Nome/Número da agência:

Contatos:

E-mail:

Nome do representante que assinará o contrato:

Cargo que ocupa:

Estado civil:

Identidade nº:

Cpf nº:

Nacionalidade:

Profissão:

Endereço residencial:

Contatos:

E-mail:

---

Local e Data

---

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**  
Identificação e qualificação do subscritor





**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

XXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, sediada XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, n.º XX, bairro XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXX-XXX, em XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o Sr. (a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, infra-assinado, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX e do CPF XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, DECLARA expressamente que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**  
**Identificação e qualificação do subscritor**





**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA**  
**EMENDA CONSTITUCIONAL ESTADUAL N.º 42/2008**

(Nome da empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, sediada (endereço completo)  
\_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei, que:

- ( ) Possui no quadro de empregados um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de pessoas com deficiência;  
( ) Possui em seu quadro menos de 20 (vinte) funcionários.

Cidade - UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(nome e número da identidade do declarante)

**Obs.:** Esta declaração deverá ser em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador(es) devidamente habilitado(s).



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**ANEXO V**  
**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº XXX/2026/CCV/SEGUP/PA QUE ENTRE SI CELEBRAM O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX, DA FORMA COMO ABAIXO MELHOR SE INFERE.**

O **GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SEGUP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.054.952/0001-01, com sede na Travessa do Chaco, nº 2271, Bairro Marco, CEP: 66.093-410, Belém/PA, neste ato representada por seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, o **Sr. RENAN HENRIQUE NABOR DE OLIVEIRA**, brasileiro, portador da **Matrícula Funcional nº. XXXXXXXXX**, residente e domiciliado na Cidade de Belém/PA, nomeado mediante o Decreto Governamental de 09 de janeiro de 2026, publicado no **Diário Oficial do Estado do Pará nº 36.494**, de 12 de janeiro de 2026, doravante denominado **CONTRATANTE**;

E a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede na XXXXXX, nº XXX, Bairro XXXXX, CEP: XXXXX, Cidade XXXXXXXX, E-mail: XXXXXXXXXX, neste ato representada pelo (a) **Sr. XXXXXXXX**, brasileiro, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no autos do **Processo Eletrônico nº 2025/3606940** e em observância às disposições oriundas da **Lei nº 14.133**, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, que;

**RESOLVEM** celebrar o presente **CONTRATO**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90004/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa para **aquisição de VEÍCULOS TIPO VAN E MINIVAN** para atender a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, com recurso oriundo da



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

Emenda Individual de Transferência Especial para o Governo do Estado do Pará, e conforme o Termo de Referência, Anexo I do Edital.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**

**2.1.** O presente contrato vincula-se às regras dispostas no **Edital de Licitação**, no **Pregão Eletrônico n.º 90004/2026/SEGUP/PA**, referente ao **Processo Eletrônico n.º 2025/3606940**, ao **Termo de Referência e seus Anexos**, bem como, a **Proposta da CONTRATADA** e as demais peças que constituem o processo, possuindo fundamentação nas disposições contidas nas seguintes legislações: **Lei Federal n.º 14.133/2021** (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), **Lei Complementar Federal n.º 123/06** (Estatuto da microempresa e empresa de pequeno porte) e **sua alteração na Lei Complementar n.º 147/14**; **Decreto Estadual n.º 878/08** (Regulamenta o tratamento diferenciado e simplificado para microempresa e empresa de pequeno porte no âmbito da Administração Pública Estadual); **subsidiariamente a Lei n.º 8.078/90** (Dispõe sobre a proteção do consumidor); **Lei n.º 13.709/18** (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e a **Portaria n.º 005/2026-GAB/SEGUP** (Dispõe acerca da designação de servidores para atuarem como autoridade competente/homologador, agente de contratação e membros da equipe de apoio em quaisquer modalidade de licitação utilizada pela **SEGUP/PA**), aos quais **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** estão sujeitas;

**2.2.** De acordo com a **Decreto Estadual** do dia 09/01/2026, publicado no DOE n.º 36.494 de 12/01/2026, o Secretário Adjunto de Gestão Administrativa tem competência para assinar este contrato e seus documentos decorrentes em nome desta Secretaria, como **Ordenador de Despesas**.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

**3.1.** O prazo de vigência do instrumento contratual é de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato, na forma prevista no **art. 105 da Lei n.º 14.133/21**.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DESCRIÇÃO**

**4.1.** O valor global do presente contrato é de **R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxx)** no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na Proposta da **CONTRATADA**;

**4.2.** As características gerais, as descrições, especificações técnicas e seu quantitativo deverão atender as condições previstas e composições básicas dispostas no **item 1.1. do Termo de Referência, Anexo I do Edital**, e em conformidade ao descrito abaixo:



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO
01	Veículo automotor tipo <b>VAN</b> , conforme especificações do Termo de Referência.	UND	02	R\$ XXXX
02	Veículo automotor tipo <b>MINIVAN</b> , conforme especificações do Termo de Referência.	UND	02	R\$ XXXX
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ XXXX</b>

**Parágrafo Único** - No valor acima descrito estão contidos todos os custos e despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto da contratação.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS DE ENTREGA, DO LOCAL DE ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

**5.1. DOS PRAZOS:**

**5.1.1.** O prazo de entrega será realizada em **remessa única** em **30 (trinta) dias consecutivos**, contados a partir da emissão da nota de empenho, seguindo as especificações e quantidades descritas neste instrumento contratual, em seu Termo de Referência, Anexo I do Edital e na Proposta da **CONTRATADA**;

**5.1.2.** Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, a **CONTRATADA** poderá solicitar **prorrogação do prazo da entrega**, ficando a cargo da área demandante acolher a solicitação, desde que **não haja prejuízo** para a Administração, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, conforme disposto no **inciso V, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021**;

**5.1.3.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no **Termo de Referência** e na **Proposta**, devendo ser substituído no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

**5.1.4.** Os bens serão recebidos provisoriamente, imediatamente após efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação, pelo(s) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização do instrumento contratual, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta;

**5.1.5.** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias consecutivos contados do recebimento provisório**, após a verificação da quantidade e qualidade do produto, ocasionando na sua



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

aceitação por meio da elaboração do **Termo Circunstanciado e Registro Fotográfico dos Bens**;

**5.1.6.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior **não ser procedida dentro do prazo fixado**, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**5.2. DO LOCAL DE ENTREGA:**

**5.2.1.** A entrega dos bens deverá ser realizada no seguinte endereço: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, situada na Travessa do Chaco, nº 2271. Bairro do Marco, Belém/PA. CEP 66.093-410. O horário de entrega, será de 08h30min às 16h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

**5.3. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:**

**5.3.1.** Todos os veículos deverão ser zero km e entregues de uma só vez;

**5.3.2.** Os veículos deverão ser entregues em nome da **Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará**, com primeiro licenciamento/emplacamento pelo **Departamento Estadual de Trânsito do Pará**.

**5.3.3.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto **não exclui** a responsabilidade da **CONTRATADA**, pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

**5.3.4.** Ocorrendo a rejeição de algum veículo, a **CONTRATADA** será notificada pelo fiscal, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis;

**5.3.5.** Os veículos ofertados deverão vir acompanhados dos manuais do usuário em português, contendo todas as informações do automóvel, podendo esses ser apresentados de forma eletrônica, não sendo aceitos fotocópias, resumos ou adaptações de qualquer natureza.

**CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DO BEM**

**6.1.** O prazo de garantia contratual do bem é de, no mínimo, **36 (trinta e seis) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, sem limites de quilometragem, para defeitos de fabricação, montagem em componentes internos de motor e transmissão e para as demais peças e componentes elétricos do automóvel;

**6.2.** Se a garantia ofertada pelo fabricante for maior que a ofertada pelo licitante, sobre est prevalecerá;

**6.3.** A garantia deve abranger todo e qualquer defeito de fabricação, quer por falha de funcionamento ou por montagem ou, ainda, em decorrência de desgaste prematuro em uso normal do automóvel, nos seus diversos conjuntos, peças e acessórios, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**;



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**6.4.** A ocorrência de qualquer defeito de funcionamento, coberto pela garantia, implicará a obrigação, por parte da **CONTRATADA**, da correção do problema no prazo de 30 (trinta) dias após a comunicação oficial, sem ônus para a **CONTRATANTE**;

**6.5.** Quando houver necessidade de substituição de materiais defeituosos pela **CONTRATADA**, a mesma se compromete a utilizar peças e conjuntos de reparação genuínos, não se admitindo a reposição com produtos recuperados.

**6.6.** Os veículos deverão possuir assistência técnica autorizada pelo fabricante no Estado do Pará, no prazo da garantia do veículo, bem como, apresentar catálogo com endereço(s) localizado(s) no estado do Pará de assistências técnicas autorizadas pelo fabricante dos veículos.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO**

**7.1.** O pagamento será efetuado à **CONTRATADA** até o **30º (trigésimo)**, a contar da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato ou pela Comissão de Recebimento do objeto adquirido pela **CONTRATANTE**, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste contrato;

**7.2.** Todos os comprovantes fiscais das despesas devem ser emitidos em nome da **SEGUP/PA**, com referência ao número do **Processo Eletrônico nº 2025/3606940-SEGUP/PA, Emenda Parlamentar nº 202522630005 e Contrato nº XXX/2026/SEGUP/PA**, que serão atestados antes do respectivo pagamento, declarando conformidade aos serviços prestados e/ou bens adquiridos, data do atesto, identificação e assinatura do responsável;

**7.3.** O pagamento será creditado em favor dos fornecedores dos serviços para os órgãos participantes desse certame, mediante crédito em **conta corrente**;

**7.4.** Para fins de pagamento, a **CONTRATADA** deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal os seguintes documentos, se exigidos pela **CONTRATANTE**:

- a) Certidão Negativa de Débito do INSS, devidamente atualizada;
- b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- c) Certidão Conjunta de Regularidade com a Fazenda Federal (Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União da Fazenda Federal), Estadual e Municipal.

**7.5.** A não apresentação da Certidão Negativa de Débito do INSS, bem como do Certificado de Regularidade do FGTS e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a **CONTRATADA** será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até **30 (trinta) dias**, sob pena de rescisão





**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

contratual e demais penalidades cabíveis;

**7.6.** Constatando-se a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, será providenciada a sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa; podendo ser prorrogado um vez, por igual período a critério do **CONTRATANTE**;

**7.7.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

**7.8.** Persistindo a irregularidade, a **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à **CONTRATADA** a ampla defesa e o contraditório;

**7.9.** Concomitante à notificação à **CONTRATADA**, para que realize a regularização, a **CONTRATANTE** oficiará a ocorrência ao INSS, no caso da CND, à Caixa Econômica Federal, no caso do CRF, e à Receita Federal, no caso de CND relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

**7.10.** Será rescindido o contrato em execução com a **CONTRATADA** inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da **CONTRATANTE**;

**7.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a **CONTRATADA** não regularize sua situação;

**7.12.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no **art. 31 da Lei 8.212, de 1993**, quando couber.

**7.13.** Caso o objeto deste contrato seja recusado e/ou o documento fiscal apresente alguma incorreção, será considerado como não entregue e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização, observado os prazos dispostos neste contrato;

**7.14.** Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à **CONTRATANTE**, por meio de Carta, ficando sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA** os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação;

**7.15.** Correrão por conta da **CONTRATADA** o ônus do prazo de compensação e todas as despesas bancárias decorrentes da transferência de crédito;



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**7.16.** A **CONTRATANTE** efetuará as retenções dos tributos incidentes no faturamento, de acordo com a legislação vigente. O CNPJ, que deverá constar nas Notas Fiscais, deverá ser o mesmo CNPJ que a **CONTRATADA** utilizou neste contrato;

**7.17.** A **CONTRATANTE** não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero;

**7.18.** Os pagamentos efetuados pela **CONTRATANTE** não isentam a **CONTRATADA** de suas obrigações e responsabilidades assumidas;

**7.19.** A qualquer tempo o órgão **CONTRATANTE** poderá solicitar a apresentação do CRF relativo ao FGTS, bem como, todos os demais documentos constantes da fase de habilitação;

**7.20.** No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo órgão solicitante, entre a data acima referida e acorrespondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \qquad I = \frac{6/100}{365} \qquad I = 0,0001644$$

TX=Taxa Percentual anual= 6%

**7.21.** Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na **CONTRATANTE**, em favor do fornecedor. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

## **CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE DE PREÇOS**

**8.1.** Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de **12 (doze) meses**, contado da data limite para a apresentação das propostas e

Coordenadoria do Núcleo de Licitação  
Travessa do Chaco, n°. 2271 - Bairro: Marco - CEP: 66093-542 - Belém - Pará  
E-mail: segupcpl@gmail.com

50



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

devem conter todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão de obra a serem empregados, seguros, fretes, rotulagem, embalagem, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto do instrumento.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9.1.** Para garantir o cumprimento do presente contrato, a **CONTRATANTE** se obriga a:

**9.1.1.** Providenciar a publicação do extrato do contrato no **Diário Oficial do Estado**;

**9.1.2.** Fiscalizar e acompanhar a execução contratual, de acordo com as cláusulas avençadas e o que preceitua as normas da **Lei nº 14.133/21**;

**9.1.3.** Promover o recebimento do objeto licitado no prazo e nas condições estabelecidas, rejeitando o que estiver em desacordo com o exigido no **Termo de Referência do Edital e Anexos do Pregão Eletrônico nº 90004/2026/SEGUP/PA**;

**9.1.4.** Designar servidor(es) para acompanhar a execução do contrato, conforme disposição no **art. 117 da Lei nº 14.133/21**;

**9.1.5.** Aplicar a **CONTRATADA** as sanções previstas em lei e neste instrumento;

**9.1.6.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos **provisoriamente** com as especificações constantes do **Edital** e da **Proposta**, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**9.1.7.** Efetuar o pagamento do preço ajustado na forma, prazos e condições previamente avençados neste instrumento contratual;

**9.1.8.** Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, imperfeições, falhas, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratual, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido;

**9.1.9.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e demais instrumentos que expressamente se vinculam;

**9.1.10.** Comunicar a **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do presente instrumento contratual;

**9.1.11.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

**9.1.12.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

**9.1.13.** Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as especificações constantes no **Termo de**

Coordenadoria do Núcleo de Licitação  
Travessa do Chaco, nº. 2271 - Bairro: Marco - CEP: 66093-542 - Belém - Pará  
E-mail: segupcpl@gmail.com

51



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**Referência** e na Proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

**9.1.14.** Responder a eventuais pedidos de reestabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro requisitadas pela **CONTRATADA** no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, conforme previsto no **artigo 92, XI** da **Lei nº 14.133/2021**;

**9.1.15.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos e/ou subordinados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.** A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes neste contrato e demais instrumentos que expressamente se vinculam, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**10.2.** Entregar o objeto em perfeitas condições de uso, em conformidade ao detalhamento, especificações, quantidade, prazo e local contidos no **Termo de Referência e seus Anexos**, e observadas às normas constantes neste instrumento; acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referente a: **marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade**;

**10.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (**arts. 12, 13, 17 a 27 da Lei nº 8.078/90**), bem como, por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no **Edital**, o valor correspondente aos danos sofridos;

**10.4.** O objeto entregue deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da redação da rede de assistência técnica autorizada;

**10.5.** Responsabilizar-se pelas despesas de fretes, taxas e eventuais onerações que incidam sobre o objeto contratado;

**10.6.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.7.** A **CONTRATADA** não poderá subcontratar, transferir ou ceder a terceiro, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

**10.8.** Oferecer a garantia de, no mínimo, **36 (trinta e seis) meses**, aos produtos, objeto deste instrumento

Coordenadoria do Núcleo de Licitação  
Travessa do Chaco, nº. 2271 - Bairro: Marco - CEP: 66093-542 - Belém - Pará  
E-mail: segupcpl@gmail.com

52



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

contratual;

**10.9.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado no **Termo de Referência**, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**10.10.** Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecedem a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**10.11.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (**art. 137, II, da Lei n.º 14.133/21**) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**10.12.** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados, sejam por dolo ou culpa na execução do contrato, relacionados com o objeto deste instrumento contratual, indenizando a **CONTRATANTE**, seus servidores e ou terceiros;

**10.13.** Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do **CONTRATANTE**;

**10.14.** Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada a essa contratação, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

**10.15.** Assumir responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais decorrentes da adjudicação do **Pregão Eletrônico nº 90004/2026/SEGUP/PA** que originou o presente contrato.

**10.16.** Indicar e/ou manter preposto, a critério da **CONTRATANTE**, para representá-la na execução do contrato;

**10.17.** A indicação ou a manutenção do preposto da **CONTRATADA** poderá ser recusada pela **CONTRATANTE**, desde que devidamente justificada, devendo a **CONTRATADA** designar outro para o exercício da atividade;

**10.18.** Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da **CONTRATANTE**, não eximirá a **CONTRATADA** de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações;

**10.19.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do **art. 48, Parágrafo Único, da Lei nº 14.133/21**;

**10.20.** Quando não for possível a verificação da regularidade no **Sistema de Cadastro de Fornecedores** –



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**SICAF**, a **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia **30 (trinta) do mês seguinte** ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

**10.20.1.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

**10.20.2.** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

**10.20.3.** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

**10.20.4.** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

**10.20.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**10.21.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

**10.22.** Promover a guarda, manutenção e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

**10.23.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

**10.24.** Submeter previamente, por escrito, a **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

**10.25.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**10.26.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, consoante o disposto no **art. 116, da Lei nº 14.133/21**;

**10.27.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme disposto no **art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/21**;

**10.28.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do presente instrumento contratual;





**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**10.29.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no **art. 124, II, da Lei nº 14.133/21**;

**10.30.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

**11.1.** As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da **Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018)**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**12.1.** Não será exigida garantia de execução para esta contratação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** Comete infração administrativa nos termos da **Lei nº 14.133/21**, a **CONTRATADA** que:

- a)** Der causa à inexecução parcial do contrato (**art. 155, I da Lei nº 14.133/21**);
- b)** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo (**art. 155, II da Lei nº 14.133/21**);
- c)** Der causa à inexecução total do contrato (**art. 155, III da Lei nº 14.133/21**);
- d)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado (**art. 155, VII da Lei nº 14.133/21**);
- e)** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato (**art. 155, VIII da Lei nº 14.133/21**);
- f)** Praticar ato fraudulento na execução do contrato (**art. 155, IX da Lei nº 14.133/21**);
- g)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (**art. 155, X da Lei nº 14.133/21**);
- h)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (**art. 155, XII da Lei nº 14.133/21**).



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**13.2.** Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**a) Advertência**, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (**art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21**);

**b) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (**art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21**);

**c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (**art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21**).

**d) Multa:**

**d.a)** moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

**d.b)** compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**d.c)** O atraso injustificado da prestação dos serviços, conforme prazo estipulado no Edital e seus anexos, autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o **inciso I do art. 137 da Lei n.º 14.133/21**.

**13.3.** A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a CONTRATANTE (**art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21**);

**13.4.** Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (**art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21**);

**13.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (**art. 157, da Lei nº 14.133/21**);

**13.6.** A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da **Administração Pública** direta e indireta do **Estado do Pará**;

**13.7.** A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no **art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21**;

**13.8.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (**art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21**);



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**13.9.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, em prazo estipulado pela Administração Pública, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

**13.10.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no **caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021**, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.11.** Na aplicação das sanções serão considerados (**art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21**):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.12.** Os atos previstos como infrações administrativas na **Lei nº 14.133/21**, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na **Lei nº 12.846/13**, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (**art. 159**).

**13.13.** A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (**art. 160, da Lei nº 14.133/21**).

**13.14.** O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)** e no **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)**, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (**art. 161, da Lei nº 14.133/21**).



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**13.15.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do **art. 163 da Lei nº 14.133/21**.

**13.16.** Os débitos do contratado para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua como mesmo órgão ora **CONTRATANTE**, na forma da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022**.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**14.1.** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto;

**14.2.** Se as obrigações **não** forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato;

**14.2.1.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpada **CONTRATADA**:

- a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**14.3.** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

**14.3.1.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da **CONTRATADA** pela **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos **2 (dois) meses de antecedência desse dia**;

**14.3.2.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de **2 (dois) meses da data de aniversário**, a extinção contratual ocorrerá após **2 (dois) meses da data da comunicação**.

**14.4.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no **artigo 137, da Lei nº 14.133/21**, bem como, amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

**14.4.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os **artigos 138 e 139** da mesma Lei.



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**14.5.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

**14.5.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**14.6.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**14.6.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**14.6.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**14.6.3.** Indenizações e multas.

**14.7.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (**art. 131, caput, da Lei n.º 14.133/21**).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**15.1.** Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste contrato constam do orçamento aprovado da **CONTRATANTE**, conforme **classificação abaixo**:

21.101.06.181.1510.8993 - Gerenciamento do Sistema Integrado de Segurança Pública.

**Natureza:** 449052

**Fonte:** 01710311006

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA**

**16.1.** A minuta deste contrato fora apreciada e aprovada previamente pela Consultoria Jurídica da **SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SEGUP**, acerca de todos os elementos indispensáveis à contratação, mediante **Parecer Jurídico nº XXX/2026 CONJUR**, nos termos do **art. 53 da Lei nº 14.133/21**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**17.1.** A **CONTRATANTE** exercerá a fiscalização da execução do objeto contratual de modo a assegurar o seu efetivo cumprimento, nos termos do **art. 117 da Lei nº 14.133/21**;

**17.2.** A empresa **CONTRATADA** ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos por ventura requeridos pela **CONTRATANTE**;

**17.3.** O instrumento será acompanhado e fiscalizado por servidor(es) designado(s) mediante portaria, a ser publicada posteriormente pela **CONTRATANTE**, no **Diário Oficial do Estado (DOE)**;

**17.4.** O representante da **CONTRATANTE**, designado para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens,

Coordenadoria do Núcleo de Licitação  
Travessa do Chaco, nº. 2271 - Bairro: Marco - CEP: 66093-542 - Belém - Pará  
E-mail: segupcpl@gmail.com

59





**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

deverá promover registro de todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas pactuadas, nos termos do **art. 117, § 1º e 2º da Lei nº 14.133/21**;

**17.5.** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA** ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento contratual e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual;

**17.6.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, **não implica** em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos, em conformidade ao que dispõe o **art. 120 da Lei nº 14.133/21**;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS**

**18.1.** Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na **Lei nº 14.133/21**, e **demais normas federais aplicáveis** e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na **Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor** – e normas e **Princípios Gerais dos Contratos**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES**

**19.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos **arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021**;

**19.2.** A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsão no **art. 125 da Lei nº 14.133/21**;

**19.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do **art. 136 da Lei nº 14.133/21**.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO**

**20.1.** O presente contrato será publicado sob forma de extrato no Diário Oficial do Estado do Pará, no prazo máximo de **10 (dez) dias** contados da data de sua assinatura, de conformidade com o que dispõe o **art. 28, § 5º da Constituição Estadual**;

**20.2.** Incumbirá a **CONTRATANTE** divulgar, **em até 20 (vinte) dias úteis** contados da data de sua assinatura, o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista

Coordenadoria do Núcleo de Licitação  
Travessa do Chaco, nº. 2271 - Bairro: Marco - CEP: 66093-542 - Belém - Pará  
E-mail: segupcpl@gmail.com

60



**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

no Inciso II do art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**21.1.** E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste instrumento contratual que, lido e achado conforme, vai assinado em **02 (duas) vias**, pelos representantes e testemunhas a seguir.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO**

**22.1.** É competente o **Foro da Justiça Estadual, do Estado do Pará**, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir todas as questões relativas ou resultantes do presente contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme **art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21**.

Belém/PA,        de        de 2026.

**RENAN HENRIQUE NABOR DE OLIVEIRA**

**SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/SEGUP**

**CONTRATANTE**

**REPRESENTANTE LEGAL**  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_



## ASSINATURAS

**Número do Protocolo:** 2025/3606940

**Anexo/Sequencial:** 73

*Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2012.*

### **Assinatura(s) do Documento:**

**Assinado eletronicamente por:** Renan Henrique Nabor de Oliveira,

**CPF:** \*\*\*.398.372-\*\*

**Em:** 28/04/2026 11:32:22

**Aut. Assinatura:** 9e99479a127ad5fe3f88151731c7606174821f7ee583671cc7cd40a6cdc9ddc7



**Identificador de autenticação:** 94b4ecb3-f970-4aba-9670-75e97183d58b

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>